



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
4ª VARA DO TRABALHO DE BETIM – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCELO RIBEIRO



Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992
Data da instalação: 27-4-1993
Data de Implantação do PJe: 19-12-2012

Jurisdição: Betim, Bonfim, Brumadinho, Crucilândia, Esmeraldas, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, Piedade das Gerais, Rio Manso e São Joaquim de Bicas.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 4-8-2017, p. 2/3.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h30min do dia vinte e três de agosto de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 4ª Vara do Trabalho de Betim, situada na Avenida Governador Valadares, nº 376 – 4º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Marcelo Ribeiro**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Christiane Moreira Ferreira Resende; pelos servidores Carlos Antônio Cordeiro Gaspar Junior, Daniel Borges Amaral Zambaldi, Denise Aparecida de Freitas, Geissler Sena Barreira, José Antônio Lima, Jussara Amaral Dias Falcão, Marcelo Araújo da Silva Filho, Margareth Mascarenhas Sedin, Maria Berchmans Ribeiro Chaves Abrantes, Maria Gorete Gomes dos Santos Vieira, Sirlene Coelho Jotta e William Batista de Oliveira; pelas estagiárias Nubia Nathalia de Faria e Priscila da Silva Ferreira.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.449 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 21-8-2017, apurando-se a média de 10,35 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 138 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 58 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 177 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 29 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 704 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 351 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 83 processos com carga para os MM. Juízes, dos quais 19 autos de processos com excesso de prazo para prolação de decisão/sentença para o Dr. Fábio Gonzaga de Carvalho, abaixo relacionados:

RTOrd 0011965-11.2014.5.03.0087 - 14/07/2017
RTSum 0011098-13.2017.5.03.0087- 14/07/2017
RTSum 0011104-20.2017.5.03.0087 - 14/07/2017
RTSum 0011243-06.2016.5.03.0087 - 14/07/2017
RTSum 0010341-02.2017.5.03.0028 - 14/07/2017
RTOrd 0011877-70.2014.5.03.0087 - 14/07/2017
RTOrd 0011740-88.2014.5.03.0087 - 14/07/2017
RTSum 0011122-41.2017.5.03.0087 - 14/07/2017
RTOrd 0011855-12.2014.5.03.0087 - 14/07/2017
RTSum 0010021-37.2015.5.03.0087 - 21/07/2017
RTOrd 0012338-54.2016.5.03.0028 - 21/07/2017
RTOrd 0010310-67.2015.5.03.0087 - 21/07/2017
RTSum 0010280-61.2017.5.03.0087 - 21/07/2017
RTOrd 0011986-84.2014.5.03.0087 - 21/07/2017
RTSum 0011169-15.2017.5.03.0087 - 21/07/2017
RTSum 0011049-69.2017.5.03.0087 - 21/07/2017
RTOrd 0010313-22.2015.5.03.0087 - 21/07/2017
RTSum 0010841-85.2017.5.03.0087 - 21/07/2017
RTSum 0011135-40.2017.5.03.0087 - 21/07/2017

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 53 autos de processos físicos com carga, das quais 24 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constam 11 autos de processos físicos com carga, das quais 7 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 595 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 21 mandados expedidos em processos físicos e 1.290 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 3 pendentes de cumprimento em processos físicos e 69 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 21 autos de processos físicos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, dentre os quais 13 vencidos ou entregues após 30 dias. A saber: 0000010-51.2012.5.03.0087, 0000490-29.2012.5.03.0087, 0000821-11.2012.5.03.0087, 0001077-22.2010.5.03.0087, 0001208-60.2011.5.03.0087, 0001701-03.2012.5.03.0087, 0001864-80.2012.5.03.0087, 0002070-31.2011.5.03.0087, 0002201-69.2012.5.03.0087, 0052900-69.2009.5.03.0087, 0097700-85.2009.5.03.0087, 0119400-88.2007.5.03.0087 e 0130800-31.2009.5.03.0087.

1

1.10 PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 21-8-2017, existem 86 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 21-8-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	583
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	3
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	1441
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	1
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	756
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	5
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	245

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.621 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 679 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 937 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 5 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 21-8 -2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Betim, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.399, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,51% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 66%.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 21-8-2017, existem 113 processos, conforme se apurou dos itens 117,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 23-8-2017 havia 30 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo**: 7 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 14 processos;
- c) **instrução**: 9 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010407/17, 0010408/17, 0010411/17, 0010412/17, 0010414/17, 0011423/17, 0011433/17, 0011442/17, 0011447/17 e 0011449/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011433/17 e 0011423/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

- 0011423/17, 0011433/17, 0011442/17, 0011447/17 e 0011449/17: determinação de 1ª citação por mandado, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje: 0011413/17, 0011282/17, 0011237/17, 0011224/17, 0011203/17, 0011182/17, 0011157/17, 0011045/17, 0010875/17, 0010738/17, 0011565/16, 0011695/16, 0010601/16, 0010499/16, 0010104/17, 0010631/16, 0011573/16, 0010686/16, 0011410/16, 0011416/16, 0011462/16, 0010490/16, 0011383/16, 0011173/16, 0010825/16, 0010790/15, 0012812/15, 0010993/17, 0011027/17, 0011032/17, 0010121/15, 0010627/16, 0011091/15, 0011173/17, 0011163/17, 0011710/16, 0010455/17, 0010427/17, 0011167/16, 0010723/17, 0011673/16, 0011541/16, 0010012/17, 0010902/16, 0010736/16, 0011142/17, 0011402/17, 0011420/17, 0011256/17, 0011350/17, 0011112/17, 0011393/17, 0011206/17, 0011390/17, 00112220/17, 0010468/17, 0010497/17, 0011143/17, 0010139/17, 0010220/17, 0010593/17, 0010649/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos: 00105/11, 00691/12, 00095/11, 00941/12,



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

01862/11 e 00870/12.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011565/16, 0011695/16, 0010104/17, 0011573/16, 0011410/16, 0011416/16, 0011462/16, 0011173/16, 0010993/17, 0011027/17, 0011032/17, 0011142/17, 0011256/17, 0011350/17, 0011112/17 e 0011143/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0011027/17: excesso de prazo para prolação de sentença – Id bdacad5 (mais de 30 dias) – Dr. Fábio Gonzaga de Carvalho;
- 0011032/17: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 2731930 (mais de 30 dias) – Dr. Fábio Gonzaga de Carvalho;
- 0010121/15: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 94f3974 (mais de 30 dias) – Dr. Fábio Gonzaga de Carvalho;
- 0010627/16: excesso de prazo para prolação de sentença – Id f6a2ae2 (mais de 30 dias) – Dr. Fábio Gonzaga de Carvalho;
- 0011710/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 4fd5810 (mais de 10 dias) e excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 9771d36 (mais de 30 dias);
- 0010427/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id ca6b857 (mais de 20 dias);
- 0011167/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 31c1edf (mais de 30 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 772f83c (mais de 10 dias);
- 0010736/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id b6dcca (mais de 30 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	17	61	24
Procedimento Ordinário	26	165	188
Instrução processo físico	-	-	1.624
Instrução processo eletrônico	206	72	301

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	34	12	6-9-2017 – 14 dias
Procedimento Ordinário	82	229	28-2-2018 – 188 dias
Instrução	447	685	15-10-2019 – 783 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 21-8-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	477	24,26
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	776	188,12
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	587	89,84
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	1	1624
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	755	465,17
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	536	91,41



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	1	1628
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	710	460,34

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 21-8-2017)
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	37	100,51
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	10	255,2
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	125	106,32

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 21-8-2017)
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	84	1109,96
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	0	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	8	1076,25
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1198	5,42
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	188	0,85
Decisões na fase de execução	157	0,71
Total	1543	6,98

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em julho de 2017, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/	Média/dia útil
------------	-----------------------	----------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

	Mês	
Procedimento sumariíssimo	86	4,09
Procedimento ordinário	119	5,66
Instrução	80	3,81
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	2	0,09
Total	287	13,66

No mês de julho de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 66 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 7 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 43 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação d Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h21min e/ou 14h10min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 1.500 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

	Movimentação Anual de Processos	
	2015	2016
Processos recebidos	2584	1633
Média por dia útil	11,48	7,38



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Processos remanescentes do ano anterior	1245	2079
Sentenças anuladas	6	8
Total de processos para solução	3835	3720
Processos solucionados	1720	1777
Processos conciliados	531	579
Produção	44,85%	47,76%

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP	Força de Trabalho	MGD
Jul/15 a Jun/16	0,7418	0,91	0,6968
Jul/16 a Jun/17	0,8571	0,93	0,8600

Fonte: e-Gestão em 31/07/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Jul/16 a Jun/17			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,6185	0,3644	0,9789	0,7575

Fonte: e-Gestão em 31/07/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jul/15 a Jun/16	VALOR ORIGINAL Jul/16 a Jun/17	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jul/16 a Jun/17	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.418 dias	1.429 dias	1.547 dias	0,3937
	PENDENTE	4.743	5.232	3.604	0,6709
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	730 dias	828 dias	928 dias	0,3644
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	33,87%	29,10%	37,44%	0,8231
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	79,94%	83,48%	99,30%	1,0000
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	55,61%	56,87%	38,24%	1,0000
	TC LIQUIDAÇÃO	13,79%	32,54%	39,22%	0,4209
	TC EXECUÇÃO	84,96%	76,59%	74,59%	0,6534
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	20,78%	30,13%	25,69%	0,4188

Fonte: e-Gestão em 31/07/2017



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.130.758,39	R\$260.671,25

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 01/2002, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a 02/2015, que regulamenta quanto à prestação de informações processuais por telefone às partes.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 3 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

no endereço eletrônico:
www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf

4) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos inaugurais de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico:
www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;

4) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição;

5) regularizados em até 30 dias, pela Dr. Fábio Gonzaga de Carvalho, os processos com mais de 30 dias, conforme item 1.5, oficiando a Vice-Corregedoria Regional.

6) cumprida a Portaria Conjunta GP/GCR 323, de 5/7/2016, que estabelece o serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2016, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 103,90%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,74%.

No ano 2017, até o dia 31-7-2017, o percentual alcançado foi de 79,59%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 110,15%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2015, no 1º grau.

Em 2016, quanto a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-14”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 93,57%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,43%.

No ano 2017, até o dia 31-7-2017, o percentual alcançado foi de 73,77%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 103,12%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2016, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2016”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 43,07%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 90,25%.

No ano 2017, até o dia 31-7-2017, o percentual alcançado foi de 42,64%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 48,48%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.

Em 2016, quando e Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 40,75%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 96,55%.

No ano 2017, até o dia 31-7-2017, o percentual alcançado foi de 110,67%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,65%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2014 no 1º grau.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Em 2016, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 97,58%.

No ano 2017, até o dia 31-7-2017, o percentual alcançado foi de 102,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,28%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo: reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020 (2%).

Em 2016, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014 em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 241,05 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 150 dias.

No ano 2017, até o dia 31-7-2017, o tempo médio alcançado foi de 287,04 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 164,9 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação

